



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
Comitê Gestor Regional do PJe - CGR PJe

ATA DE REUNIÃO

Reunião ordinária trimestral

PROAD n. 22708/2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
	Início	Término		
03-04-2023	10h00m	11h30m	Videoconferência	Alysson Ricardo de Almeida Lopes

2. PAUTA DA REUNIÃO

- 1 - Temas iniciais: a) Compartilhamento de relatórios do SAO-PJe, elaborados pelo TRT-14, para outros Tribunais, via Comitê Nacional do PJe; b) Sugestões de melhoria do PROAD 6880/2022; c) PJe de 2º Grau está mostrando o CPF da parte recorrente no movimento de julgamento, necessário realizar mudança para ocultar a informação; d) Criação de alerta no PJe para sentenças fora do prazo em outras situações. Hoje só existe alerta para a sentença de mérito; e) Possibilidade do DEJT receber e tratar imagens; f) Possibilitar fragmentar processo eletrônico em volumes (Dra Raquel); g) Incluir os chips “atualizar cálculos”, “aguardar contadoria” e “urgente” no 2º Grau; h) Excluir o chip “pendente de julgamento” dos processos das classes “Precatório” e “Requisição de pequeno valor” no 2º Grau; i) Incluir a pasta “cumprimento de providências” no PJe de 2º Grau; j) Alteração do prazo para recurso, de 5 (cinco) para 8 (oito) dias no 2º Grau; k) Na preparação de expediente e comunicações, elaboração de ato agrupado, se a parte constar “sem prazo”, o sistema não traz automaticamente o ato confeccionado;

l) Habilitação de advogado em processo que tramita em segredo de justiça;

- 2 Assuntos extra pauta:
- Temas trazidos pela OAB-AC:
 - a) Dados financeiros visíveis para os advogados;
 - b) Valor da causa acusando valor incompatível para o Rito Ordinário envolvendo órgão público;
 - c) Erro ao baixar petição específica na timeline do processo.

3. PARTICIPANTES

Nome		
01	Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo	Presidente
02	Juiz Ricardo César Lima de Carvalho Sousa	Representante dos Juizes Titulares
03	Procurador Carlos Alberto Lopes de Oliveira	Representante do MPT
04	Felippe Roberto Pestana	Representante da OAB/RO
05	Gabriel Leitão Santos de Almeida	Representante da OAB/AC
06	Robert Armando Rosa	Secretário da SETIC
07	Jean Carillo da Costa Barlatti	Representante do 1º Grau
08	Alexandre Gonçalves Zimmermann	Representante do 2º Grau
09	Maria José Corrêa	Secretária-Geral Judiciária
10	Evelyn de Castro Valim	Representante dos calculistas
11	Alysson Ricardo de Almeida Lopes	Secretário da SACLE
12	Bruno Nunes Labre	Chefe da Divisão de Apoio ao PJe

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

Deliberações	
1	Deliberações sobre os temas iniciais: a) Haverá disponibilização dos códigos/SQL dos relatórios já confeccionados pelo TRT da 14ª Região / Divisão de Apoio ao PJe, na issue PJEKZ-48861, a qual trata demanda afeta ao assunto (“SAO - Relatório de atividades por servidor”); b) As demandas relativas aos relatórios serão tratadas em curso específico, enquanto aquelas relativas a possíveis possibilidades de melhoria serão c) Será submetida no Jira uma proposta de melhoria; d) Aprovada. A proposta deverá conter os prazos aplicáveis a cada caso (despachos, decisões e sentenças em embargos de declaração, execução e incidentes processuais); e) Rejeitada. f) O Secretário de TIC sugeriu outra alternativa: que o PJe realize o carregamento gradativo das peças, conforme o usuário vai acessando os movimentos mais antigos, o que foi aceito pelos demais membros;

	g) Aprovada; h) Aprovada; i) Aprovada; j) Os Membros deliberaram pela sugestão de melhoria para possibilitar inclusão de prazos concorrentes no sistema, tendo em vista que, após o julgamento do recurso (ou ação originária) principal, há prazo de 5 (cinco) dias para embargos de declaração e 8 (oito) dias para recursos ao TST, sendo que aquele Órgão Superior, em regra, entende que sempre deve haver pré-questionamento por meio de embargos para que o recurso principal seja admitido. Os prazos de 5 e 8 dias serão lançados simultaneamente e, expirado o primeiro, o segundo continuará a correr. Contudo, se houver interposição de embargos, ambos os prazos serão fechados, sendo 8 (oito) dias concedidos novamente após o julgamento dos embargos; k) O Comitê deliberou pela sugestão de melhoria ao Comitê Nacional, no seguinte sentido: quando o processo estiver na tarefa “Preparar expediente e comunicações” no 2º Grau, no momento da preparação do expediente, com elaboração do ato agrupado, quando uma das partes intimadas constar como “sem prazo”, o sistema deverá incluir automaticamente o ato confeccionado. l) O Comitê deliberou pela restrição de habilitação do advogado em tais processos, que somente poderá ser efetuada após confirmação pelo órgão julgador. Em caso de urgência, deverá ser acionado o plantão judiciário. Portanto, deverá ser aberta sugestão de melhoria para não liberar o sigilo processual após a habilitação, deixando esta liberação a cargo da secretaria ou órgão julgador responsável pelo processo.
2	Deliberações sobre os temas trazidos pela OAB-AC: a) Já existe projeto de melhoria em curso para tal disponibilização; b) Será criada demanda de melhoria sugerindo disponibilização de aviso, após incluir o valor da causa, que deixe claro para o advogado que ele poderá dar sequência no processo, mesmo após o sistema acusar que o valor pode estar incompatível. c) Trata-se, na verdade, de problema da atual versão do sistema. A Divisão de Apoio ao PJe irá pesquisar no sistema JIRA-CSJT possível issue já cadastrada reportando tal erro, e, caso não localize, criará a devida demanda de incidente.

5. PRÓXIMA REUNIÃO

Data	Responsável
Ainda a definir	Divisão de Apoio ao PJe

6. FECHAMENTO DA ATA

Data da ata	Responsável
03-04-2023	Divisão de Apoio ao PJe